

| 50 | O QUE REVELAM OS NOVOS LEVANTAMENTOS SOBRE A
FAVELIZAÇÃO NAS METRÓPOLES DO NORDESTE: RECIFE,
FORTALEZA, NATAL E MACEIÓ?

Maria Ângela de Almeida Souza

A produção de informações sobre os espaços de pobreza nas cidades brasileiras tem sido um grande desafio para os estudiosos e os gestores preocupados em oferecer oportunidades habitacionais às famílias pobres. Quantificar as demandas por novas moradias ou realizar investimentos para a regularização urbanística e fundiária desses assentamentos exige não só complexas aproximações metodológicas, para mensurar o universo de estudo, como também estudos censitários específicos e pesquisas de campo, uma vez que é preciso aproximar diferentes escalas: temporais, estatísticas e geográficas. A produção do espaço informal acontece sem que as cartografias e as estatísticas oficiais deem conta de registrar as rápidas transformações dos processos de produção das moradias precárias.

Na busca por uma melhor compreensão do problema da expansão da cidade informal, ainda em 2007 o Centro de Estudos da Metrópole realizou investigação com vistas à dimensionar e localizar as áreas consideradas como assentamentos precários nas cidades brasileiras a partir de bases censitárias do IBGE. Todavia, para a melhor compreensão do problema em suas especificidades locais, o próprio estudo aponta a necessidade de que estudos mais aprofundados venham a ser realizados com vistas a melhor registrar a realidade em cada cidade.

De modo geral, os diagnósticos têm sido pontuais e têm privilegiado os registros de caráter estatístico, que visam quantificar o universo de famílias a serem removidas. Assim aconteceu na maioria dos centros urbanos e vem acontecendo mais recentemente com vistas à elaboração dos planos locais de habitação de interesse social e para a implantação dos projetos que viabilizarão megaeventos como a copa do mundo, notadamente aqueles associados às obras de mobilidade urbana.

O conjunto dos espaços de pobreza brasileiros não é uniforme. São áreas que estão à margem do processo de urbanização, assentadas em terrenos cuja propriedade da terra é irregular (passível de ocupação ou non aedificandi), o traçado e parcelamento são informais, e o padrão construtivo é predominantemente de baixa renda. Exibe diferentes graus de regularização urbanística e fundiária e contém diferentes tipologias de edificações. Apesar da incontestável desordem do tecido urbano, estes assentamentos guardam uma certa lógica hierárquica em sua estrutura. A tipologia construtiva é predominantemente de baixo padrão, variando os materiais desde a alvenaria de tijolos a paredes compostas por um mosaico de plásticos, pedaços de papelão, chapas de ferro e sobras de material de construção.

As formas de organização da comunidade também mudaram ao longo das últimas três décadas. Assume atualmente características diversas das formas prevaletentes nas décadas anteriores, em particular, do final dos anos setentas e, sobretudo, nos anos oitenta do século passado, quando nas ocupações de terrenos urbanos predominavam as lutas organizadas nas quais a moradia era reivindicada em brados como um direito.

No Brasil, o tema é abordado por distintas redes de pesquisadores e por pesquisadores independentes, que têm buscado explicações capazes de contribuir para esse debate que é também mundial. Nessa perspectiva, a presente Sessão Livre tem como proposta fomentar a discussão e socializar reflexões sobre a expansão dos assentamentos precários no espaço e no tempo, os resultados produzidos pelos diversos levantamentos e as metodologias de pesquisa utilizadas. Reúne grupos de pesquisa situados no Recife, em Fortaleza e em Natal,

vinculados ao INCT/Observatório das Metrôpoles, no âmbito da pesquisa intitulada Estudo sobre as formas de provisão da moradia e seus impactos na re-configuração espacial das metrôpoles, além pesquisadores convidados da UFAL, que se dedicam ao desvendamento dessa problemática.

Procurando ampliar a reflexão tanto em sua perspectiva teórica quanto aplicada, os trabalhos reunidos para essa seção procuram trazer elementos relativos ao desenrolar desse processo, mostrando que, há um movimento amplo que caracteriza a dinâmica da produção dos assentamentos precários no tempo e no espaço, muito concentradora nas áreas centrais e consolidadas, e que ao mesmo tempo amplia territorialmente as áreas de ocorrência para as periferias, principalmente no entorno dos grandes projetos; áreas que cada vez mais assumem dimensões mais precárias, com organizações populares mais difusas e mais frágeis. Algumas questões podem ser consideradas como motivadoras da discussão, entre outras: se as configurações resultantes das novas dinâmicas de ocupação de áreas para moradia popular articulam-se no território como resultado de uma estratégia orquestrada por movimentos que lutam por moradia ou são iniciativas apenas de grupos isolados (e como se articulam nacionalmente)? A ocupação de novas áreas é impulsionada por novos vetores de desenvolvimento ou circunscrevem um crescimento decorrente da crescente expansão urbana? Da mesma forma, de que maneira este processo pode vir a ser enfrentado na escala metropolitana tendo em vista a municipalização das políticas públicas de habitação e a retração do governo na esfera estadual frente à esta questão?

Outro aspecto a ser ressaltado a partir dos estudos apresentados é o exercício de definição de tipologias de assentamentos populares e de sistemas de informações construídos para dar suporte a essas pesquisas. O avanço das Tecnologias da Geoinformação surge como uma alternativa mais adequada para a realização de novos cadastros, uma vez que permite, de forma simples e rápida, a geração de mapas temáticos, relatórios e gráficos necessários para apoiar os diagnósticos. Sobressai como de fundamental importância a permanente atualização do sistema de informações implantado acompanhando a dinâmica da realidade que retrata, bem como o seu acesso por estudiosos, pesquisadores e múltiplos grupos oriundos da academia, movimento popular, ONGs, instâncias governamentais, entre outros. A presente proposta abordará a temática, iniciando a discussão pela apresentação das duas metrôpoles que possuem levantamentos periódicos e extensivos sobre os assentamentos precários para todo o território metropolitano, no caso do Recife, e para o território da cidade, no caso de Fortaleza, e em seguida as duas outras metrôpoles cujas informações se referem, respectivamente, a assentamentos precários em áreas de interesse ambiental e a aglomerados subnormais do IBGE - Natal e Maceió.

As apresentações da metrópole recifense abordarão a dinâmica de expansão dos espaços de pobreza, caracterizando, de modo especial, a expansão da última década no contexto da dinâmica econômica de determinados espaços metropolitanos, e focalizará a fragilidade dos sujeitos políticos que se aprofunda na primeira década do século atual. Expondo três resultados de pesquisas censitárias sobre favelas, a apresentação de Fortaleza aborda a dinâmica que se processa no interior dos assentamentos, destacando o crescimento vertiginoso, o adensamento vinculado à intensificação do uso do solo e à auto-verticalização, a expansão rumo à periferia, inclusive avançando junto aos municípios conurbados à Fortaleza, chamando atenção para a situação dos movimentos sociais vinculado às ocupações irregulares. A apresentação de Natal traz a reflexão sobre procedimentos metodológicos adotados para levantamento e mapeamento de assentamentos informais situados em áreas de interesse ambiental e intensa pressão imobiliária, com apontamentos para o projeto da habitação de interesse social, na perspectiva dos direitos à moradia e ao meio ambiente. A apresentação de Maceió destaca como desafio para a mensuração da precariedade habitacional dos mais pobres o longo tempo decorrido com ausência de ação pública para acompanhar o processo de favelização; a existência de estudos e políticas setoriais por vezes

incompatíveis com a realidade; a aparente desmobilização de movimentos de moradias, entre outros.

Palavras-chave: Espaços de pobreza, Organização comunitária, Levantamento e mensuração.

EXPANSÃO RECENTE DOS ESPAÇOS DE POBREZA DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE: O QUE OS DADOS REVELAM?

Maria Ângela de Almeida Souza

Resumo

Há pouco mais de 30 anos os espaços de pobreza da Região Metropolitana do Recife (RMR) foram representados na cartografia da região. Em 1976, a Fundação de Desenvolvimento Metropolitano (FIDEM) e o Curso de Mestrado em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco (MDU/UFPE), articularam-se em torno dos assentamentos pobres da RMR para estudo de viabilidade da recuperação desses assentamentos pobres. Em 1978, a FIDEM concluiu o primeiro Cadastro dos Assentamentos de Baixa Renda da RMR e o MDU/UFPE-SUDENE promoveu Seminário Nacional sobre Pobreza Urbana e Desenvolvimento, para discutir o problema da marginalidade urbana, que se constituiu marco da discussão desse tema no país. O esforço pioneiro representado pelo referido Cadastro de identificar, registrar, mapear e construir banco de dados de informações sobre os assentamentos pobres do território metropolitano foi sequenciado em outros cadastros: [1988] Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano de Pernambuco; [1998] FIDEM; e [2011] Observatório Pernambuco/UFPE, que implantou um Sistema de Informações Geográficas, incorporando os dados sistematizados dos cadastros. Nesse levantamento recente, constatou-se a expansão de aproximadamente 47% dos assentamentos populares cadastrados na década anterior. A dinâmica populacional gerada pelos grandes investimentos localizados no Complexo Suape impactaram os municípios periféricos do pólo metropolitano que se localizam na direção que liga este pólo a Suape. As circunstâncias que envolveram esses levantamentos, a metodologia utilizada para captação dos dados, os resultados alcançados, e, em especial, a expansão dos assentamentos precários no contexto metropolitano, ao longo dessas quatro décadas, como expressão dos dados apresentados pelos cadastros, constitui-se tema desta apresentação.

Palavras-chave: Espaços de Pobreza; Sistema de Informações Geográficas; Região Metropolitana do Recife.

DESENHO DA ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DA POPULAÇÃO NOS ASSENTAMENTOS POBRES DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE NA ATUALIDADE

Rosa Maria Cortês de Lima

Resumo

A dinâmica atual do processo de ocupação e de expansão de assentamento pobres guarda diferenciações na relação tempo e espaço no país, e assume características diversas das formas antecedente e prevalente nas décadas, em particular, do final dos anos setentas e, sobretudo, nos anos oitenta do século passado, mas também dos anos noventa. Entender os componentes dessa dinâmica torna-se desafios para estudiosos e pesquisadores no sentido de apreender e elementos explicativos dessa realidade e daquilo que pode vir a ser projetado na direção do futuro. As formas de organização da população alteraram-se sugerindo indagações sobre a visibilidade dos sujeitos políticos, das organizações locais e suas modalidades de lutas sociais em um período marcado pela instituição de canais de participação social e avanços democráticos. Nesse contexto, observa-se a partir de investigação fragilidade dos sujeitos políticos interlocutores da população local ou da comunidade com instâncias governamentais, de força no enfretamento do capital imobiliário, finando, dessa forma, dinâmicas distintas e apontando para a construção de estratégias e táticas assentadas no cotidiano. Informações atualizadas sobre os assentamentos populares na Região Metropolitana do Recife (SIGAP-2010-2011) apontam a persistência da ampliação dos assentamentos populares de modo contínuo, mas assumindo características silenciosas sejam estas coletivas na expansão dos territórios e dos lugares, sejam via processos de verticalização, ou ainda por iniciativas individuais.

Palavras-chave: Organização Social; Assentamentos Populares; Região Metropolitana do Recife.

DINÂMICAS DA FAVELIZAÇÃO DE FORTALEZA: O QUE REVELAM OS DADOS?

Luis Renato Bezerra Pequeno, Clarissa Figueiredo Sampaio Freitas

Resumo

Desde os anos 1970 Fortaleza é alvo de levantamentos dos assentamentos precários, os quais foram conduzidos por instituições do setor habitacional com vistas à formulação de políticas públicas específicas para favelas. Entre 1973 e 2011, o número de áreas cresce quase seis vezes, variando de 120 para 619 comunidades. Gradativamente também se amplia o percentual de moradores em favelas. Todavia, os mesmos foram realizados de distintas maneiras, incorporando novas variáveis associadas às mudanças na forma como a favela passou a ser considerada pelo Estado. A partir dos resultados das três principais pesquisas censitárias específicas para favelas algumas dinâmicas podem ser identificadas, dentre as quais: o crescimento vertiginoso em número absoluto de domicílios e de sua população, acentuando-se a coabitação como estratégia de resistência; o adensamento vinculado à intensificação do uso do solo e à auto-verticalização; a expansão rumo à periferia, inclusive avançando junto aos municípios conurbados à Fortaleza; a diferenciação das favelas segundo a localização na cidade; a diversidade presente em cada comunidade. Chama também atenção a atual situação dos movimentos sociais vinculado às ocupações irregulares, enquanto universo a ser reconhecido. Observa-se ainda que as dinâmicas que caracterizam a favelização metropolitana em Fortaleza evidenciam a histórica ineficácia das políticas urbana

e habitacional em atingir seus objetivos, assim como a dissociação entre as mesmas. Da mesma forma sua disseminação junto aos municípios limítrofes a Fortaleza reitera a necessária formulação de políticas metropolitanas para o enfrentamento desta questão.

Palavras-chave: Favela, Metrópole, Pesquisas

LEVANTAMENTO E MAPEAMENTO DE ASSENTAMENTOS INFORMAIS EM ÁREAS DE INTERESSE AMBIENTAL E INTENSA PRESSÃO IMOBILIÁRIA: DESAFIOS PARA O PROJETO DA HABITAÇÃO SOCIAL

Maria Dulce Picanço Bentes Sobrinha

Resumo

Estudos sobre ações de planejamento e projeto urbano realizadas em municípios do litoral potiguar evidenciam o problema do frágil relacionamento entre as iniciativas de regulação do uso e ocupação do solo, fundamentais para o enfrentamento da questão fundiária em ZEIS, e os projetos de habitação de interesse social (HIS). A necessidade de adensamento das áreas, notadamente diante do crescimento demográfico, coloca a discussão sobre alternativas tipológicas de HIS que articulem como forte condicionante os parâmetros urbanísticos necessários ao enfrentamento do acesso a terra urbanizada, principalmente em áreas estratégicas de expansão imobiliária (a exemplo da restrição do remembramento). A partir dessa questão, buscamos refletir sobre procedimentos metodológicos adotados para levantamento e mapeamento de assentamentos informais situados em áreas de interesse ambiental e intensa pressão imobiliária, com apontamentos para o projeto da habitação de interesse social, na perspectiva dos direitos à moradia e ao meio ambiente. Tais reflexões têm base na pesquisa intitulada Consolidação e expansão de comunidades tradicionais em áreas protegidas: Convergências e lacunas da Política Urbana e Ambiental na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão/RN (Dissertação de Mestrado/PPGAU/UFRN, 2011).

Palavras-chave: Mapeamento em ZEIS, Projeto da Habitação Social, Regulação e ocupação do solo

CARACTERIZANDO A PRECARIEDADE HABITACIONAL NA MACEIÓ CONTEMPORÂNEA: QUAIS SÃO OS DADOS?

Regina Dulce Barbosa Lins

Resumo

A necessidade de elaborar o Plano de Habitação de Interesse Social, para fazer parte do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, trouxe à tona a questão da mensuração da precariedade habitacional dos mais pobres na cidade de Maceió, quantitativa e qualitativa. Os desafios que se apresentam relacionam-se: (i) o longo período sem que nenhuma ação pública mais específica tenha de fato existido para acompanhar o processo de favelização na

cidade e a sua consolidação; (ii) a existência de estudos e políticas setoriais que privilegiam escalas e territórios populares distintos, tornando por vezes incompatíveis as suas superposições; (iii) a aparente desmobilização de movimentos de moradias com a consequente descaracterização de representação dos interesses populares, e por fim, mas não menos importante, (iv) o recurso à base estatístico-quantitativa dos aglomerados subnormais do IBGE como referência para aquela mensuração. Os resultados parciais demonstram a consolidação, sem urbanização, dos territórios populares mais centrais. Em muitos deles as ações de melhoria têm se dado por iniciativa dos próprios habitantes. Naqueles mais periféricos residem as piores condições, inclusive nos oriundos de ações públicas, malgrado as informações estatísticas do IBGE.

Palavras-chave: Aglomerados subnormais; Territórios populares precários; Região Metropolitana de Maceió